



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ato de Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2021

Senhora Diretora-Geral,

Diante dos pressupostos fáticos e jurídicos constantes do Termo de Referência n.º 171/2020 (0735891), da manifestação de disponibilidade orçamentária à conta da dotação n.º 1091.03.122.703.2009.0001.3.3.90.40-02 - Fonte 10.1 (0738142), do Parecer Jurídico (0733650) e dos demais documentos instrutórios que compõem este expediente, entendo que estão presentes os requisitos para contratação do objeto em tela por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Respeitosamente,

Roberto Apolinário de Castro Júnior
Superintendente de Gestão Administrativa em exercício

Senhor Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo,

Frente ao exposto, nos termos do artigo 26 da Lei n.º 8.666/93, submeto à ratificação superior por Vossa Excelência o procedimento de inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93, objetivando à contratação da empresa Lumis EIP Tecnologia da Informação Ltda., para prestação de atualização de versão, manutenção e suporte técnico relativos ao software de gestão de conteúdo Lumis Portal, doravante denominado ferramenta, versão 7.1.1.140331 0 ou superior, cujas licenças de uso já são de propriedade do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, utilizado no gerenciamento de conteúdo de seu portal corporativo (portais Internet e Intranet), pelo período de 12 (doze) meses, no valor total de R\$174.770,68 (cento e setenta e quatro mil, setecentos e setenta reais e sessenta e oito centavos).

Respeitosamente,

Clarissa Duarte Belloni
Diretora-Geral

Considerando as informações das unidades técnicas de que foram preenchidos os requisitos legais pertinentes, **ratifico** a contratação em tela.

À Superintendência de Gestão Administrativa, para publicação.

Márcio Gomes de Souza
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO APOLINARIO DE CASTRO JUNIOR, SUPERINTENDENTE EM EXERCICIO**, em 19/01/2021, às 11:14, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **CLARISSA DUARTE BELLONI, DIRETOR-GERAL**, em 19/01/2021, às 13:40, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA ADJUNTO ADMINISTRATIVO**, em 28/01/2021, às 19:06, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0743062** e o código CRC **50CD8A9C**.



CERTIDÃO

Certifico que o número correto do Ato de Inexigibilidade (0743062) é **002/2021**, conforme extrato de publicação no DOMP (0811770) de 02/02/21.

Roberta Juliana Costa Vasconcelos
Diretoria de Gestão de Convênios e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA JULIANA COSTA VASCONCELOS, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 04/02/2021, às 09:41, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0812212** e o código CRC **65F14845**.

Processo SEI: 19.16.3900.0045648/2020-68 / Documento SEI: 0812212

Gerado por: PGJMG/PJGAA/DG/SGA/DGCT

AVENIDA ALVARES CABRAL, 1740 - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG - CEP 30170008

Egrégio Conselho Superior do Ministério Público (Av. Álvares Cabral, 1740, Santo Agostinho, Belo Horizonte, CEP 30.170.008) para apreciação da promoção de arquivamento. Desse modo, caso seja do interesse de qualquer interessado recorrer da presente decisão, poderá fazê-lo, através de razões escritas, que deverão ser enviadas para o endereço retroreferido, até a data da sessão de julgamento do Conselho Superior do Ministério Público, a ser realizada, no mínimo, após quinze dias da data de protocolo do Inquérito Civil em comento.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se esta notificação, que, por ora, é publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Visconde do Rio Branco, 28 de janeiro de 2021. Eu, Vânia Lúcia Condé, Oficiala do MP, MAMP 6509, o digitei.

MATEUS BEGHINI FERNANDES

Promotor de Justiça

Promotor de Justiça

EDITAIS E AVISOS

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO ADMINISTRATIVO

T.A 008, de 31/01/21, ao Ct SIAD 9051659, Ct. 007/16, SEI nº 19.16.3897.0028327/2020-46, entre o MPMG/PGJ e os Srs. Francisco José da Silveira e Terezinha Maria da Silveira, o primeiro representado por esta. Objeto: a prorrogação da vigência. Valor global estimado: R\$ 49.885,48. Dotações orçamentárias: 1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.36-11 Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-12 Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-13 Fonte 10.1 e 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-03 Fonte 10.1. Vigência: 18/02/21 a 17/02/22. Locação do imóvel em Monte Carmelo/MG.

T.A. 010, de 29/01/21 ao Ct. 015/12, SEI nº 19.16.1347.0058354/2020-75, entre o MPMG/PGJ e os Senhores Walter Bouzas Neto, Paulo Celso dos Santos Bouzas e André Bouzas, os três representados pelo último. Objeto: a prorrogação da vigência e o reajuste do valor do aluguel. Valor global estimado: R\$ 46.609,68. Dotações orçamentárias: 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.36-11 Fonte 10.1; 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-12 Fonte 10.1; 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-13 Fonte 10.1; 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-03 Fonte 10.1; 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 Fonte 10.1. Vigência: 02/02/21 a 01/08/21. Locação do imóvel situado à Rua Dom Pedro II, 166, Centro, em Sabará/MG.

Ratifica ato que autoriza a contratação direta da empresa Lumis EIP Tecnologia da Informação Ltda. para prestação de atualização de versão, manutenção e suporte técnico relativos ao software de gestão de conteúdo Lumis Portal, denominado ferramenta, versão 7.1.1.140331 0 ou superior, cujas licenças de uso já são de propriedade do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, utilizado no gerenciamento de conteúdo de seu portal corporativo (portais Internet e Intranet), mediante inexigibilidade de licitação 002, de 28/01/21, SEI n.º 19.16.3900.0045648/2020-68, com fulcro no caput do art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93. Valor total: R\$174.770,68 Dotação orçamentária: 1091.03.122.703.2009.0001.3.3.90.40-02 Fonte 10.1.

Ratifica ato que autoriza a contratação direta do empresário individual Wemerson Carlos Gomes para prestação de serviços de jardinagem, com fornecimento de mão de obra e insumos, na sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Ipatinga, pelo período de 12 (doze) meses, mediante dispensa de licitação 078, de 02/12/20, SEI n.º 19.16.3900.0038481/2020-62, com fulcro no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93. Valor total: R\$ 1.960,00. Dotação orçamentária: 1091.03.122.703.2009.0001.3.3.90.39.61 Fonte 10.1.

Ata de Registro de Preços nº 10/2021 – decorrente do Planejamento n.º 234/2020, SEI nº 19.16.3897.0004986/2021-41. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais contratações dos fornecedores abaixo identificados, visando a aquisição de bens permanentes diversos (mobiliários, eletroeletrônicos, fragmentadora, carrinho, impressora, dentre outros bens). Preços Registrados: